

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
COBRASMA S.A.
Osasco – SP

Opinião adversa sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Cobrasma S.A.** (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, devido à importância do assunto descrito na seção a seguir, intitulada “Base para opinião adversa sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, as demonstrações contábeis acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Cobrasma S.A.** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião adversa sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Continuidade operacional

Conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a **Cobrasma S.A.** e sua controlada **Fornasa S.A.** se encontram inativas e, em decorrência, não estão gerando os recursos necessários para liquidação de suas dívidas, cujos valores vêm sendo discutidos judicialmente pelos seus credores. A administração dessas Companhias não tem nenhum plano de ação de que suas atividades operacionais sejam retomadas em futuro previsível, indicando, portanto, a existência de incerteza relevante quanto a capacidade de continuidade operacional dessas empresas. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2017, não foram efetuados quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores ativos ou relativos ao pagamento e classificação de valores passivos, que seriam requeridos na impossibilidade dessas Companhias continuarem operando. Em decorrência, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não divulgam adequadamente esse assunto.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião adversa.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião adversa sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Exceto pelo assunto descrito na seção acima, intitulada "Base para opinião adversa sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Como descrito na seção acima, intitulada "Base para opinião adversa sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", em face da Companhia e sua controlada estarem inativas e de não haver nenhum plano de ação de sua administração de que suas atividades operacionais sejam retomadas em futuro previsível, as demonstrações individual e consolidada de valor adicionado também foram elaboradas sem contemplar ajustes relativos à realização e classificação de valores ativos ou relativos ao pagamento e classificação de valores passivos, que seriam requeridos na impossibilidade das Companhias continuarem operando. Em decorrência, a referidas demonstrações não divulgam adequadamente esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Como descrito na seção acima, intitulada "Base para opinião adversa sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", em face da Companhia e sua controlada estarem inativas e de não haver nenhum plano de ação de sua administração de que suas atividades operacionais sejam retomadas em futuro previsível, sendo suas demonstrações contábeis individual e consolidada elaboradas sem contemplar ajustes relativos à realização e classificação de valores ativos ou relativos ao pagamento e classificação de valores passivos, que seriam requeridos na impossibilidade dessas Companhias continuarem operando, concluímos que as outras informações apresentam distorção relevante, pela mesma razão, com relação aos valores ou outros itens impactados no Relatório da Administração.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório e estão consubstanciadas na seção acima, intitulada "Base para opinião adversa sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas".
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2017.

IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS
CRC 2SP 013.900/O-8

Fábio Cerboncini
Sócio Contador
CRC 1SP 079.347/O-3

COBRASMA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM R\$ MIL)

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		-	5	-	5
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas administrativas		(530)	(424)	(580)	(483)
Despesas financeiras	12	(756.424)	(835.993)	(948.061)	(1.043.438)
Despesas financeiras com partes relacionadas	12	(67.178)	(61.790)	-	-
Despesas tributárias		(111)	(6)	(111)	(7)
Provisão para passivo a descoberto de controlada	6	(102.583)	(120.054)	-	-
Provisão para processos judiciais	3f	(5.200)	(15.166)	(5.200)	(15.166)
Depreciação de bens do ativo imobilizado		(2.827)	(2.827)	(2.827)	(2.827)
Aluguéis		332	629	332	629
Outras		681	496	681	496
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(933.838)	(1.035.135)	(955.765)	(1.060.795)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ANTES DOS IMPOSTOS		(933.838)	(1.035.130)	(955.765)	(1.060.790)
Realização dos impostos diferidos sobre avaliação patrimonial	3e	887	887	887	887
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ANTES PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIOS		(932.952)	(1.034.243)	(954.878)	(1.059.903)
Mais: Participação Minoritários - Controlada		-	-	21.926	25.660
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(932.952)	(1.034.243)	(932.952)	(1.034.243)
PREJUÍZO POR AÇÃO - R\$		(9,09)	(10,08)	(9,09)	(10,08)

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COBRASMA S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM R\$ MIL)**

	Reservas de capital		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	
	Capital social	Reserva especial Lei nº 8.200/91 Outras				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	165.260	87.206	233	103.055	(7.049.102)	(6.693.348)
Valor líquido da realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial				(1.791)	1.791	-
Prejuízo do período				(1.034.243)	(1.034.243)	(1.034.243)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	165.260	87.206	233	101.264	(8.081.554)	(7.727.591)
Valor líquido da realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial				(1.791)	1.791	-
Prejuízo do período				(932.952)	(932.952)	(932.952)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	165.260	87.206	233	99.473	(9.012.715)	(8.660.543)

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COBRASMA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM R\$ MIL)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do período	(932.952)	(1.034.243)	(932.952)	(1.034.243)
Valores que não afetam as disponibilidades				
Depreciação de bens do ativo imobilizado	2.827	2.827	2.827	2.827
Variação monetária do exigível a longo prazo	647.840	770.575	831.196	960.646
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos	(887)	(887)	(887)	(887)
Provisão para passivo a descoberto controladas	102.583	120.054	-	-
Constituição de provisão para contingências	5.200	15.166	5.200	15.166
Disponibilidades antes das mutações do capital de giro	(175.389)	(126.508)	(94.616)	(56.491)
Decréscimo (acrécimo) nas contas do ativo				
Contas a receber de clientes	-	(24)	(126)	(24)
Créditos de funcionários	(332)	(319)	(332)	(319)
Depósitos em litígio	(3)	-	-	-
Outros créditos (curto e longo prazo)	(203)	(205)	(165)	(235)
Acrécimo (decrécimo) nas contas do passivo				
Fornecedores (curto e longo prazo)	8	(10)	10	(13)
Encargos sociais e fiscais (curto e longo prazo)	14.215	(123)	15.674	11.050
Contas a pagar (curto e longo prazo)	161.704	127.189	101.481	71.691
Disponibilidades líquidas provenientes das atividades operacionais	-	-	21.926	25.660
Participação Minoritários - Controlada	-	-	(21.926)	(25.660)
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	-	-	-	-
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES				
Saldo final de caixa e equivalentes	-	-	-	-
Saldo inicial de caixa e equivalentes	-	-	-	-

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COBRASMA S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM R\$ MIL)**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS				
Receita de vendas de mercadorias	1.013	1.130	1.013	1.130
Receitas de aluguel	-	5	-	5
Outras receitas	332	629	332	629
	681	496	681	496
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.013	1.130	1.013	1.130
RETENÇÕES				
Depreciação	(2.827)	(2.827)	(2.827)	(2.827)
Realização de impostos diferidos sobre avaliação patrimonial	887	887	887	887
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(926)	(810)	(926)	(810)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	(102.583)	(120.054)	-	-
Outras despesas administrativas	(530)	(424)	(580)	(483)
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	(104.040)	(121.288)	(1.506)	(1.292)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Impostos taxas e contribuições	111	6	111	7
Provisão para processos judiciais	5.200	15.166	5.200	15.166
Juros e variação monetária sobre capital de terceiros	823.601	897.783	948.061	1.043.438
Participação minoritária no resultado da controlada	-	-	(21.926)	(25.660)
Prejuízo do período	(932.952)	(1.034.243)	(932.952)	(1.034.243)
	(104.040)	(121.288)	(1.506)	(1.292)

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COBRASMA S/A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em R\$ mil)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

a) Atividade Operacional

Até maio de 1998, a Companhia teve por objeto a produção de equipamentos para transporte ferroviário e rodoviário, para indústria siderúrgica, petroquímica e nuclear e para a produção de componentes para veículos automotores, bem como o comércio, a importação e a exportação de todos os materiais e produtos que se compreendiam no objeto destes. As suas atividades operacionais, a partir desta data, foram paralisadas. Em virtude disso, construções, máquinas, equipamentos e instalações foram alugadas para terceiros.

Por força de decisão judicial de abril de 2002, da Vara do Trabalho da Comarca de Sumaré – São Paulo, conforme processo número 02578-1999-122-15-00-6, o imóvel de Hortolândia foi adjudicado pelos ex-empregados da Companhia, representados pela sua associação de classe, pelo montante de R\$ 35.562 mil, conforme carta de adjudicação número 002/2002 da referida Vara.

Em 16 de maio de 2008, na Vara de Trabalho da Comarca de Hortolândia – São Paulo, foi homologado acordo conciliatório entre a Companhia e seus ex-empregados, representados por sua associação de classe, para quitação e extinção do processo trabalhista de número 00189-2005-152-15-00-9, sendo a este atribuído o valor total de R\$ 24.520 mil. Como forma de pagamento ficou estabelecido a liquidação do valor total de R\$ 15.120 mil, em parcelas mensais a partir de maio de 2008, com vencimento final em 2012, e o valor de R\$ 9.400 mil como cessão aos ex-empregados de parte dos imóveis da Companhia de suas instalações na cidade de Osasco – São Paulo.

Em 18 de outubro de 2009, na 152ª. Vara do Trabalho da Comarca de Hortolândia – São Paulo, foi homologado acordo entre a Companhia e seus ex-funcionários, representados por sua Associação de Classe, para quitação e extinção do processo trabalhista número 00247-2005-152-15-00-4, sendo a este atribuído o valor de R\$ 20.000 mil. Como forma de pagamento foram oferecidas: a) uma fração ideal do imóvel – matrícula 184 do 1º. Cartório de Registro de Imóveis de Osasco – São Paulo, no valor de R\$ 4.800 mil; b) área remanescente do Clube Cobrasma, matrícula 60.775 do 1º. Cartório de Registro de Imóveis de Osasco – São Paulo, no valor de R\$ 10.000 mil; e c) máquinas e equipamentos no valor de R\$ 5.200 mil.

Quanto a área remanescente do Clube Cobrasma, a Companhia auxiliará os ex-trabalhadores, no que for possível, arcando com os encargos necessários para a alteração a ser realizada no zoneamento do respectivo imóvel, junto a municipalidade de Osasco, a fim de possibilitar a construção de residências ou de lojas para o comércio, sem quaisquer restrições neste sentido. Caso se torne impossível a alteração do zoneamento, o imóvel retornará à posse direta da Companhia, cancelando-se a transferência convencionada, comprometendo-se as partes em retornar as negociações, reconhecendo o saldo devedor de R\$ 10.000 mil.

Em 14 de dezembro de 2010 a Juíza da Vara do Trabalho de Hortolândia emitiu a referida carta de adjudicação referente ao acordo mencionado.

b) Cancelamento de Negociação de Ações junto a BM&F BOVESPA

Conforme Ofício 016/2017-DP, de 27 de janeiro de 2017, da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BOVESPA, a Companhia foi comunicada de seu cancelamento da listagem junto a esse órgão. Em decorrência, suas ações deixaram de ser negociadas na BM&F BOVESPA, a partir de 03 de março de 2017, sem qualquer alteração na sua situação de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade, base de elaboração e de preparação

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e os Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas e procedimentos do International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação dos acionistas não controladores. Esse processo de consolidação é, ainda, complementado pela eliminação:

- i) Das participações da Companhia no capital, reservas e resultados acumulados das empresas controladas;
- ii) Dos saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- iii) Dos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

A conciliação entre o resultado líquido da controladora e o consolidado para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo líquido da controladora	(954.878)	(1.059.903)
Participação de acionistas não controladores	21.926	25.660
Prejuízo líquido consolidado	<u>(932.952)</u>	<u>(1.034.243)</u>

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Milhares de Reais e as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas contábeis foram baseadas em relatórios e no julgamento da administração da Companhia para determinação do valor adequado registrado nas demonstrações contábeis. Os itens relevantes sujeitos a essas estimativas acham-se provisionados e são revisados anualmente pela administração.

e) Classificação especial – não circulante

Em virtude da Companhia não estar em condições de gerar recursos suficientes para a liquidação de suas dívidas com credores, os mesmos estão discutindo judicialmente os valores que tem a receber, bem como os direitos que possuem sobre os ativos já entregues em garantia e aqueles que ainda possam ser utilizados para o pagamento de dívidas existentes.

Assim sendo, tomando por base o prognóstico dos advogados da Companhia, que afirmam que os processos referentes a esses direitos e a essas obrigações não têm prazo determinado para conclusão, a administração resolveu classificar os valores envolvidos a longo prazo, em suas demonstrações contábeis, por entender que a sua liquidação não deverá ocorrer dentro dos próximos doze meses.

f) Pronunciamentos novos ou revisados

As alterações e revisões dos IFRS emitidos pelo IASB, com efeito a partir de 01 de janeiro de 2018, não produziram impactos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Isto se deve, ainda, ao fato da Companhia e suas controladas estarem com suas atividades operacionais paralisadas.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela companhia são as descritas e detalhadas a seguir e têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e na preparação do balanço patrimonial.

a) Apuração do resultado

As receitas, despesas e atualizações de passivos são reconhecidas pelo regime de competência.

b) Contas a receber de clientes

Estão registrados e mantidos no balanço pelo seu valor nominal. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com as contas a receber de clientes.

c) Investimentos

Está avaliado de acordo com o método da equivalência patrimonial. Vem sendo constituída provisão para perdas a fim de registrar a participação da Companhia no patrimônio líquido negativo de sua controlada.

d) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de suas respectivas depreciações acumuladas. As construções estão sendo depreciadas com base na taxa anual de 4 % e os demais bens estão totalmente depreciados. Terrenos e construções referem-se a parte remanescente dos imóveis industriais.

e) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os ajustes de avaliação patrimonial, são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Sua realização é reconhecida no resultado.

f) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes e as contingências passivas são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

Ativos contingentes – São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Passivos contingentes – São reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes com perspectivas de perdas consideradas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os com perspectivas de perdas classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

g) Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é de R\$ 165.260 mil, dividido em 102.584.864 ações nominativas, sem valor nominal, das quais 62.280.750 são preferenciais, sem direito a voto e 40.304.114 ordinárias, com direito a voto.

Direito das ações: Em conformidade com o estatuto social, as ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes assegurados, em caso de liquidação da sociedade, prioridade no reembolso do capital que representam, sem prêmio de qualquer espécie.

O dividendo obrigatório de que trata o artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, será 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício. Os lucros a realizar que, por proposta da diretoria, a assembleia deliberar transferir para a respectiva reserva, não serão adicionados ao lucro líquido de exercícios subsequentes.

NOTA 4 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Legislação Societária Brasileira, Normas da CVM e IFRS (IASB), abrangendo as demonstrações contábeis da companhia e sua controlada **Fornasa S.A.**

Através da NBC-ITG 09, de 21 de novembro de 2014, o IFRS passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações contábeis separadas. Portanto, as demonstrações contábeis individuais também estão em conformidade com as normas internacionais.

NOTA 5 - TRANSAÇÕES DA CONTROLADORA COM PARTES RELACIONADAS

<u>Evento</u>	<u>Empresa</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Operação de mútuo - saldo credor	Fornasa	605.256	538.079
Despesas financeiras	Fornasa	(67.177)	(61.790)

Sobre as operações de mútuo são cobrados encargos financeiros da ordem de 1% ao mês.

NOTA 6 - INVESTIMENTO EM EMPRESA CONTROLADA

O investimento efetuado na controlada **Fornasa S.A.**, está assim demonstrado:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Capital Social	7.231	7.231
Quantidade de ações possuídas pela Cobrasma:		
- Ações ordinárias	35.000	35.000
- Ações preferenciais	47.392	47.392
Ações representativas do capital social	100.000	100.000
Participação no capital social	82,39%	82,39%
Valor do passivo a descoberto	(1.214.657)	(1.090.149)
Prejuízo do período/exercício	(124.508)	(145.714)
Valor contábil do investimento	-	-
Obrigações por operação de mútuo	605.256	538.079
Passivo a Descoberto de Controlada		
Saldo inicial	(898.192)	(778.138)
Resultado da equivalência patrimonial	(102.583)	(120.054)
Saldo final	(1.000.775)	(898.192)

Até 30 de novembro de 1995, a empresa controlada teve por objeto principal a fabricação de tubos plásticos e metálicos, pintados ou galvanizados, de estruturas de aço tubulares ou de perfis, incluindo importação e exportação.

Em 1º de dezembro de 1995 a unidade fabril foi arrendada pelo prazo de dez anos, ensejando com que a controlada recebesse mensalmente entre 1% e 1,8% do valor do faturamento do arrendatário. Nessa ocasião foram paralisadas todas as demais atividades operacionais da empresa.

Em decorrência de acordo judicial com um de seus credores a receita de arrendamento foi recebida pela Companhia somente até o mês de março de 2000, tendo então sido transferida para o referido credor em liquidação de dívidas existentes.

Em 24 de maio de 2000, foi apresentada petição pelo exequente Banco do Brasil, atualizando o valor de débitos da Companhia para R\$ 233.895 mil.

Em 01 de junho de 2000, foi efetuado leilão do complexo fabril da Fornasa S.A., na Comarca de Volta Redonda, tendo sido arrematado o local e todos os bens lá pertencentes pelo valor de R\$ 12.546 mil, prosseguindo a execução pelo valor de R\$ 221.349 mil para junho de 2000. Em 26 de novembro de 2015, o processo foi arquivado provisoriamente por não terem sido encontrados bens passíveis de penhora.

As demonstrações contábeis da Fornasa S.A. em 31 de dezembro de 2017 foram por nós examinadas, sendo que o Relatório dos Auditores emitido em 21 de março de 2018 foram objeto de opinião adversa, em virtude da empresa estar com suas atividades operacionais paralisadas e em função de não estar gerando recursos suficientes para a liquidação de suas dívidas. Inclusive, tais dívidas estão sendo discutidas judicialmente com os credores da empresa, os valores que tem a receber.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

	31/12/2017		31/12/2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
CUSTO AVALIADO				
Terrenos Industriais - Usina Osasco - Avaliado	105.433	105.433	105.433	105.433
Construções - Osasco - Avaliado	66.965	66.965	66.965	66.965
Imóvel Avaliado	172.398	172.398	172.398	172.398
Construções - Osasco	3.703	3.703	3.703	3.703
	176.101	176.101	176.101	176.101
Outros ativos	117.289	117.302	117.289	117.302
	293.390	293.403	293.390	293.403
DEPRECIÇÃO ACUMULADA				
Construções - Osasco - Avaliado	(20.729)	(20.729)	(18.050)	(18.050)
Construções - Osasco	(1.885)	(1.885)	(1.737)	(1.737)
Outros ativos	(117.092)	(117.092)	(117.092)	(117.092)
	(139.706)	(139.706)	(136.879)	(136.879)
VALOR LÍQUIDO RESIDUAL	153.684	153.697	156.511	156.524

A administração da controladora realizou no exercício de 2008 em observância ao Pronunciamento Técnico do CPC 13 a baixa do saldo da reserva de reavaliação constituída anteriormente, e no exercício de 2010 a avaliação dos Terrenos e Construções em observação a adoção do pronunciamento técnico CPC 27 e interpretação técnica ICPC 10. Com base no entendimento e decisão da administração, não foi realizado para os exercícios subsequentes a revisão das vidas úteis e do valor residual, em função do fluxo financeiro da companhia não permitir este desembolso, devido à Companhia estar com as atividades paralisadas e prejuízos constantes.

Os valores líquidos dos bens do ativo imobilizado dados pela Companhia em garantia de processos judiciais, nas datas de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, no balanço da controladora e no balanço consolidado, estão demonstrados na Nota Explicativa 16.

NOTA 8 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO

Os financiamentos e empréstimos registrados no exigível a longo prazo, no montante de R\$ 6.994.742 mil (R\$ 6.180.346 mil em 2016), estão vencidos. Sobre esses empréstimos a Companhia vem calculando juros de 1% a 1,5% ao mês, mais atualização monetária com base na Taxa Referencial - TR/Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

NOTA 9 - ENCARGOS SOCIAIS E FISCAIS A LONGO PRAZO

	31/12/2017		31/12/2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contribuições a recolher (PIS, COFINS, FGTS e INSS)	299.727	338.823	295.563	334.659
Impostos a pagar (ICMS, IPTU, IPI, ISS e IR)	313.795	344.428	307.476	335.958
Parcelamento de débitos sociais e fiscais	165.427	198.453	163.874	196.425
Outros Encargos	44.798	44.798	42.659	42.659
Total	823.747	926.502	809.572	909.701

Os encargos sociais e fiscais acima também estão vencidos, sendo calculados juros, multas e atualização monetária de acordo com a legislação aplicável.

NOTA 10 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A rubrica provisões registrada no passivo não circulante tem a seguinte composição:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contingências - Processos Trabalhistas	60.714	134.446	55.514	102.438
Provisão para Contingências Bancárias	36.882	96.502	36.882	107.678
Total	97.596	230.948	92.396	210.116

As provisões para contingências foram constituídas para garantir eventuais insucessos frente a processos trabalhistas em andamento e em relação a discussão mantida com instituição financeira sobre encargos devidos, por conta de empréstimos contraídos pela controladora e controlada. São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente formalizada ou não como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor passa a ser feita.

NOTA 11 - PROVISÃO PARA I. DE RENDA E C. SOCIAL A LONGO PRAZO

Reflete o saldo da provisão para imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os ajustes de avaliação patrimonial do ativo imobilizado, reconhecida no patrimônio líquido da empresa. Tal provisão vem sendo revertida para o resultado do exercício na medida da realização, por depreciação, da reserva constituída originalmente.

Esta conta apresentou a seguinte movimentação no decorrer do exercício:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Provisão sobre ajustes de avaliação Patrimonial	52.478	53.365	52.478	53.365
Realização por depreciação de bens	(887)	(887)	(887)	(887)
Total	51.592	52.478	51.592	52.478

NOTA 12 - DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2017		31/12/2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Juros s/empréstimos	713.418	790.684	744.341	849.580
Outros encargos	2.078	2.078	2.313	2.313
Varição monetária	153.128	214.884	149.568	189.984
Varição cambial	5.924	5.924	1.561	1.561
Despesas financeiras	874.548	1.013.570	897.783	1.043.438
Receitas financeiras	(50.947)	(65.509)	-	-
Despesas financeiras líquidas	823.601	948.061	897.783	1.043.438
Despesas financeiras	756.424	948.061	835.993	1.043.438
Desp.financeiras partes relacionadas	67.177	-	61.790	-
Total	823.601	948.061	897.783	1.043.438

NOTA 13 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em razão dos processos judiciais com credores, a administração da Companhia não teve condições de identificar a ocorrência de diferenças relevantes entre os valores de mercado e os valores apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 e de 31 de dezembro de 2016, originadas por operações envolvendo instrumentos financeiros naquelas datas, que requeressem divulgação específica em atendimento aos critérios estabelecidos pela Instrução CVM nº. 235/95.

NOTA 14 - CAPITAL SOCIAL

O capital social é representado por 102.584.864 ações sendo 40.304.114 ordinárias e 62.280.750 preferenciais, todas sem valor nominal. Às ações preferenciais é assegurada, em caso de liquidação da Companhia, prioridade no reembolso do capital.

NOTA 15 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em função da companhia não possuir (I) Plano de pensão; (II) Ganhos/Perdas com ativos disponíveis para venda; (III) Operações de hedge e (IV) Ganhos/perdas em conversões monetárias, não foi apresentada a Demonstração do Resultado Abrangente.

NOTA 16 - GARANTIAS PRESTADAS

	31/12/2017		31/12/2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Imobilizado dado em garantia de empréstimos:				
- Alienação Fiduciária	24.852	39.295	24.852	39.295
- Bens hipotecados	52.763	52.763	52.763	52.763
- Bens penhorados	49.395	58.629	49.395	58.629
Avais concedidos	111.074	656.857	111.074	656.857
Total	238.084	807.544	238.084	807.544

NOTA 17 - AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Companhia autorizou o encerramento das presentes demonstrações contábeis em 21 de março de 2018, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeitos sobre essas demonstrações contábeis.

COBRASMA S.A.

CNPJ 61.080.313/0001-91

Relatório da Administração

Prezados Acionistas: Para sua apreciação e confronto, apresentamos o quadro comparativo de faturamento, referente aos dois últimos exercícios.

1) Faturamento (Excluídos Impostos e Outras Deduções)

2017: R\$ 0 2016: R\$ 5 mil

Conforme já relatado a V. Sas., a Cobrasma encerrou totalmente as suas atividades fabris. Os valores relatados neste relatório correspondem ao faturamento de eventual locação de máquinas e equipamentos. Em atendimento ao disposto na instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, comunicamos que o contrato que mantemos com os auditores independentes, que prestam serviços para nossa empresa é única e exclusivamente, serviços de auditoria.

Osasco (SP), 28 de março de 2018

Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho
Presidente

COBRASMA S.A.

CNPJ 61.080.313/0001-91

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia, na pessoa de seu Presidente, declara que o conjunto das demonstrações financeiras foram preparadas, revisadas e discutidas e não existe nenhum assunto relevante que mereça qualquer comentário adicional àqueles já descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Osasco (SP), 21 de março de 2018

Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho
Presidente

COBRASMA S.A.

CNPJ 61.080.313/0001-91

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE RELATORIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Parecer dos Auditores Independentes

A Administração da Companhia, na pessoa de seu Presidente, declara que revisou, discutiu e concorda com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes relativas às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2017.

Osasco (SP), 21 de março de 2018

Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho
Presidente